

18º Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho
Pensamento Social no Brasil

Jorge Zahar e a edição de ciências sociais no Brasil (1956-1984)

Leonardo Nóbrega da Silva
IESP-UERJ

Jorge Zahar e a edição de ciências sociais no Brasil (1956-1984)

Leonardo Nóbrega da Silva

*Jorge Zahar foi um figurão na história
contemporânea das ciências sociais no país*

Sérgio Miceli¹

Introdução

A Zahar Editores foi uma das mais importantes editoras brasileiras da segunda metade do século XX. Fundada em 1956 por Jorge Zahar, junto a seus irmãos Ernesto e Lucien, a editora construiu seu catálogo, especializando-se em ciências sociais. Inicialmente investiu na tradução de autores estrangeiros, com textos clássicos, manuais, livros de introdução e monografias. Posteriormente, e de forma paralela às traduções, passaria a investir na publicação de autores brasileiros, a maioria deles institucionalmente ligados às universidades e programas de pós-graduação em expansão no período.

A formação de uma editora especializada em ciências sociais, como é o caso da Zahar, constata a consolidação do processo de emergência das ciências sociais como produto editorial. Cada vez mais presente em coleções editoriais diversas - principalmente a partir dos anos 1940, como foram os casos da Brasiliana da Companhia Editora Nacional, da coleção Corpo e Alma do Brasil da DIFEL, da Biblioteca de Ciências Sociais da Livraria Martins Fontes, dentre outras -, as ciências sociais passaram a ocupar um lugar central no mercado editorial brasileiro. Tal configuração pressupõe um conjunto de produtores especializados, editores com condições materiais que possibilitem os investimentos necessários, e um público leitor suficientemente grande e com capacidade de compra que viabilize tais publicações. Tendo em vista o crescimento do catálogo da Zahar Editores ao longo dos anos e as sucessivas reedições de alguns dos seus principais títulos, além da centralidade alcançada pelas ciências sociais no período, é possível construir a hipótese de que a Zahar representa um caso exemplar de constituição das ciências sociais como um produto editorial. Este texto propõe analisar alguns dos elementos que

¹ Zahar; Pires (2001: 19).

possibilitaram a emergência deste produto editorial de forma a esboçar uma explicação inicial para tal processo.

Esboço biográfico de Jorge Zahar: processo de socialização de um editor de ciências sociais

Jorge Zahar nasceu no dia 13 de fevereiro de 1920, na cidade de Campos, no estado do Rio de Janeiro. Seu pai, de origem libanesa, e sua mãe, de origem francesa, haviam imigrado para o Brasil pouco antes da Primeira Guerra Mundial. A princípio, se estabeleceram em São João do Muqui, no Espírito Santo, onde vivia um irmão do pai de Jorge. Depois abriram uma loja de tecidos em Campos, onde Jorge viria a nascer, e, em 1928, transferiram-se para Vitória. Em 1936, quando Jorge tinha dezesseis anos, a família mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital federal, estabelecendo-se na rua da Alfândega, reduto sírio-libanês no centro da cidade. Jorge, neste período, trabalhou com distribuição de filipetas, vendeu amendoim torrado e realizou diversas outras atividades de comércio informal. Em 1940, aos vinte anos, a convite do seu irmão mais velho, Ernesto, Jorge foi trabalhar num negócio de importação e distribuição de livros técnicos. A empresa, de Antonio Herrera, um imigrante anarquista de origem espanhola e sogro de Ernesto, localizava-se na rua Rodrigo Silva, também no centro da cidade.

O momento era de efervescência da vida cultural no centro da capital federal, com diversas livrarias e cafés onde se encontravam membros da elite e intelectuais. Segundo relata Jorge Zahar, não havia “um serviço regular de importação de livros estrangeiros para livrarias” (Zahar; Pires, 2001: 31), atividade que passou a ser realizada pela empresa em que ingressara. Os grandes mercados provedores de livros eram o da Inglaterra e da Argentina. Jorge, durante seis anos, trabalhou como funcionário da empresa quando, em 1946, Herrera resolve se aposentar, alegando não haver mais espaço para esse tipo de atividade intermediária, já que com o fim da Segunda Guerra, as próprias livrarias passariam a realizar com mais facilidade suas próprias importações. Os irmãos Zahar, já em companhia do caçula, Lucien, assumem o negócio que, em 1950, seria batizado de Livraria Ler – Livrarias Editoras Reunidas, e passaria a ocupar um espaço maior em um novo endereço na Rua

México, 31, próximo à Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil.²

A proximidade entre a livraria e a FNFfi foi fundamental na socialização dos irmãos Zahar com a comunidade intelectual da época, tendo em vista que é na atividade da livraria que iniciam contato com professores e alunos, intermediando suas demandas e as ofertas de novas publicações vindas de outros mercados mundiais. Este contato vai ser fundamental para a criação, em 1956 - ano de posse do presidente Juscelino Kubitschek, e no embalo das políticas de modernização e industrialização do país -, da Zahar Editores. No cerne da política editorial da recém-criada empresa estava a edição de livros de ciências sociais voltados principalmente para os alunos de graduação:

“Naquele período, o país entrou numa fase de substituição de importações e eu tive a ideia de ter uma editora própria. Comecei então, dez anos depois, a Zahar Editores, como ideia minha, trabalho individual, embora estivesse associado a meu irmão. A minha ideia era realmente fazer livros de ciências sociais” (Zahar; Pires, 2001: pp).

O slogan da recém-fundada editora sintetiza a concepção de ciências sociais em torno da qual iria estar centrada a organização do catálogo nos próximos anos: “A cultura a serviço do progresso social”. Estabelece-se, desta forma, a primeira editora brasileira voltada primordialmente para a publicação de ciências sociais no Brasil³, marcando, portanto, a emergência de um gênero editorial relevante e um desdobramento significativo no processo de institucionalização dessas disciplinas. Para se localizar historicamente a emergência das ciências sociais como um produto editorial, com um corpo de produtores especializados, editores interessados e um público grande o suficiente para garantir a manutenção de tais empreendimentos, faz-se

² Em 1954 seria aberta uma filia da livraria Ler em São Paulo, na Praça da República, 71.

³ Outras editoras já haviam inserido em seus catálogos publicações de ciências sociais. É o caso da Livraria Martins que nos anos 1940 havia publicado uma coleção de livros, com coordenação de Donald Pierson e financiamento do governo estadunidense, com objetivo de divulgar autores da Escola de Chicago (Pontes, 1989; Azevedo, 2016). O mesmo se pode dizer das coleções brasileiras (José Olympio, Livraria Martins e Companhia Editora Nacional) que incluíam entre seus títulos livros de sociologia, antropologia e pensamento político de caráter ensaístico. A Zahar Editores, entretanto, é a primeira editora a estabelecer uma política editorial voltada predominantemente para as ciências sociais em seu caráter mais institucionalizado, voltado para alunos, professores, demandas profissionais e demais curiosos interessados. A partir daí, outras editoras construirão coleções especializadas em ciências sociais, como a Editora Pioneira, Vozes, Ática etc.

necessário um recuo histórico no processo de emergência do próprio pensamento sociológico. Trata-se, portanto, de buscar, na institucionalização das ciências sociais no Brasil, elementos que ajudem a compreender este processo.

Os primórdios das ciências sociais no Brasil (1870-1930)

A sociologia havia estabelecido seus primeiros contornos na Europa no início do século XIX e passaria a disputar espaço com o ensaio, a literatura e a crítica literária. No Brasil, a influência do pensamento sociológico viria a se disseminar durante o século XIX chegando, a partir de 1870, a impor - com um movimento intelectual de forte viés político (Alonso, 2002) - um novo vocabulário cientificista às análises sociais e históricas. A disseminação dessas ideias se deu, sobretudo, nas primeiras faculdades de Direito, fundadas por decreto do imperador Pedro II em 11 de agosto de 1827 em Olinda - que posteriormente seria transferida para Recife -, e em São Paulo, com o objetivo de formar quadros para a crescente, embora ainda reduzida, burocracia estatal. Buscando uma maior racionalização da vida social, o discurso em defesa do pensamento sociológico se voltou, sobretudo, contra a “erudição bacharelesca”, acusada de ser generalista, baseada em impressões vagas e descomprometida com o destino da nação, justamente o contrário daquilo que o emergente discurso sociológico se propunha a ser, embora ainda mais presente em sua enunciação e nem tanto na prática de pesquisas empíricas sistematicamente organizadas (Meucci, 2011: 45-59).

A expansão do pensamento positivista foi fundamental na vida intelectual e política brasileira, sendo preponderante nos movimentos Abolicionista e Republicano, que viriam a marcar o início do processo de modernização no país. As primeiras manifestações de institucionalização da sociologia no Brasil estão intimamente relacionadas a este contexto. Em 1882, Rui Barbosa apresenta ao parlamento, sem sucesso, um projeto de reestruturação do ensino, prevendo a inclusão da sociologia nos cursos secundários. Em 1891, outra manifestação se dá por parte de Benjamin Constant, propondo a inclusão da disciplina Sociologia e Moral, sob influência do pensamento positivista. Após uma série de iniciativas regionais de inclusão da sociologia nos quadros das disciplinas da educação básica durante a

década de 1920, a reforma educacional promovida por Francisco Campos, no início do governo de Getúlio Vargas, incluiu esta disciplina na grade de matérias do curso complementar, voltado para a preparação de alunos interessados no ingresso nas universidades (Meucci, 2011: 25). A adoção da sociologia como disciplina obrigatória estimulou a divulgação e vulgarização das ideias sociológicas, materializando-se não somente em artigos de jornal e revistas, mas em manuais voltados para o ensino da disciplina. No início dos anos 1920, num momento em que o mercado editorial iniciava, ainda timidamente, um processo de expansão, estimulado sobretudo pela disseminação do ensino básico, a inclusão da sociologia como disciplina obrigatória, que viria a ser excluída em 1942 com a reforma de Capanema, demandou a formulação de diversos manuais voltados para o ensino da nova disciplina. Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo e Alceu do Amoroso Lima foram alguns dos autores desses manuais (Meucci, 2011).

A partir desse processo inicial de institucionalização, o pensamento sociológico alcançou grande relevância nos debates públicos (Bom Jardim, 2013), passando a fazer parte do repertório de grande parte das elites política e intelectual e servindo de suporte fundamental para a formulação de um pensamento social voltado para a compreensão das características particulares do país. A “geração dos ensaístas”, como ficou conhecida a geração de intelectuais como Gilberto Freyre (1900-1987), Sergio Buarque de Holanda (1902-1982) e Caio Prado Jr. (1907-1990), voltou-se para a investigação das características nacionais, dialogando com o emergente pensamento sociológico, mas sem o comprometimento metodológico que viria a distinguir a geração posterior formada nas primeiras faculdades de sociologia no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Na década de 1930, a expansão do mercado editorial ganha fôlego com a proliferação de diversas editoras e livrarias (Hallewell, 2005; Sorá, 2010). Algumas das principais editoras aproveitaram o momento de efervescência de interpretações da sociedade brasileira - decorrente, em grande medida, do ímpeto do movimento intelectual da geração de 1870, renovado pelo movimento modernista que eclode em 1922 e pela revolução de 1930-, e lançaram coleções de livros com a pretensão de dar conta de um entendimento amplo e completo das características nacionais. Heloísa Pontes (1989), em

Retratos do Brasil: editores, editoras e “coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50, traça um panorama das três principais coleções editoriais dispostas a publicar livros com o propósito de “entender” o Brasil. As editoras Companhia Editora Nacional, Livraria José Olympio e Livraria Martins ganham destaque ao se tonarem atores fundamentais nesse processo.

A institucionalização universitária da sociologia no ensino superior brasileiro se dá basicamente com a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo (1933), da Universidade de São Paulo (1934) e da Universidade do Distrito Federal (1935), que viria a ser substituída posteriormente pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1939). Essas primeiras experiências de institucionalização seriam seguidas na década subsequente em outras regiões do país, como a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (1941) e o Instituto Joaquim Nabuco (1949), em Pernambuco. As primeiras gerações de sociólogos formados nessas faculdades passaram a estabelecer novos parâmetros de análise do mundo social, em grande medida contrapondo-se à geração dos ensaístas – apesar de estabelecer continuidades temáticas (Blanco, Jackson, 2014) -, valorizando os métodos de pesquisa empírica, o trabalho em equipe e a rigidez teórica e metodológica, em um ambiente de crescente profissionalização.

Glaucia Villas Bôas, na sua tese de doutoramento *A Vocação das Ciências Sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional (1945–1966)*, toma como objeto os livros de ciências sociais constantes no acervo da Biblioteca Nacional que foram publicados entre os anos de 1945 e 1966. A partir da amostra, analisa a dinâmica de publicações em ciências sociais, apontando modificações na constituição interna de cada disciplina e como elas estão relacionadas ao contexto sócio-político e aos debates acadêmicos, disponibilizando um panorama de como o Brasil foi pensado à época pelos cientistas sociais. Na primeira metade do período analisado, de 1945 a 1955, foram mais recorrentes os temas tradicionais voltados ao entendimento da identidade nacional brasileira e suas complexas características étnico-culturais, abordados principalmente pela história e antropologia. Já no segundo momento do período analisado, entre 1956 e 1966, disciplinas como economia política, sociologia e ciência política

passam por um grande crescimento, focando os temas mais atuais relacionados ao processo de redemocratização e as iniciativas de industrialização. A diversificação de temas e enfoques deste segundo período analisado coincide, como afirma a autora, com mudanças socioculturais significativas relacionadas aos processos de industrialização e urbanização, além da consolidação de instituições culturais e de ensino.

O progresso editorial foi notável e a indústria do livro consolidou-se no país. A expansão deu-se ao mesmo tempo em que se ampliava o número de universidades e de estudantes, aumentando rapidamente um público jovem, cuja inserção nos cursos superiores era muitas vezes realizada com sacrifícios. O interesse pelos estudos de problemas sociopolíticos e econômicos é concomitante com a ampliação de uma coletividade estudantil que estava profundamente envolvida com iniciativas que resultavam não só de sua atenção para os problemas do presente, mas, principalmente, do futuro. As disciplinas que podiam satisfazer tal curiosidade foram as mais atingidas pelo aumento de pesquisas e sua publicação (Villas Bôas, 2007: 208).

Se na primeira metade do século XX, os livros de caráter mais ensaístico e voltados principalmente para compreender questões relacionadas à identidade nacional foram hegemônicos nas discussões intelectuais e na produção editorial, junto aos manuais com finalidade pedagógica, é principalmente a partir de 1950, porém, que passam a surgir livros e coleções editoriais especializadas em ciências sociais (Pontes, 1989). Esse processo de modificação da morfologia intelectual é decorrente da institucionalização da sociologia e de mudanças pelas quais passava a sociedade brasileira, em acelerado processo de modernização. A partir desse momento as coleções brasileiras perdem espaço para publicações mais especializadas e surgem as primeiras iniciativas editoriais especificamente de ciências sociais.

As ciências sociais na década de 1950

A periodização das ciências sociais no Brasil deve ser analisada de maneira que se possa localizar o surgimento da Zahar em relação ao contexto intelectual mais amplo. De acordo com algumas divisões correntes, como em Helgio Trindade (2007) ou Luiz Carlos Jackson e Alejandro Blanco (2014), pode-se falar em um período de fundação e institucionalização (1930-1964),

um período de expansão e diversificação (1964-1985) e um período de especialização e internacionalização (1985-) das ciências sociais no Brasil.

O surgimento da Zahar em 1956 se dá, portanto, no final do período inicial de fundação e institucionalização das ciências sociais no Brasil, e vai se desenvolver no período posterior de expansão e diversificação. É nesse período, portanto, que as ciências sociais passam a estabelecer novos parâmetros de análise da realidade social e novas agendas de pesquisas. Este processo é decorrente: a) da formação das primeiras gerações de sociólogos no país, consolidando uma nova “elite intelectual” (Blanco, 2007); b) de uma conjuntura favorável à disseminação de novos institutos e projetos de pesquisa em ciências sociais financiados por instituições nacionais e estrangeiras; e c) da ampliação do sistema nacional de ensino universitário de graduação e pós-graduação. Consolida-se neste momento, portanto, um conjunto de especialistas e produtores na área de ciências sociais, que vão encontrar nos livros um suporte privilegiado de divulgação e circulação de suas ideias.

A Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), em São Paulo, contou com a liderança intelectual de Donald Pierson, que instituiu os “estudos de comunidade” como forma de conhecimento empírico da realidade brasileira. Nos anos 1940, Pierson coordenou, pela Livraria Martins Editora, a coleção Biblioteca de Ciências Sociais, pioneira na área (Pontes, 1989), com financiamento do governo norte-americano e visando disseminar o pensamento da Escola de Chicago (Azevedo, 2016). Já na USP, a “missão francesa”, constituída por jovens professores como Jaques Lambert, Lévi-Strauss, Braudel, dentre outros, estabelece os fundamentos cognitivos e metodológicos de formação dos postulantes à recém-criada carreira de sociologia (Massi, 1989). A primeira geração de sociólogos formada na USP, tendo como um dos nomes centrais o de Florestan Fernandes, vai dar continuidade à preocupação cientificista e metodológica desta instrução inicial.

No Rio de Janeiro, alunos egressos da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), como Luiz Aguiar da Costa Pinto, José Artur Rios e Guerreiro Ramos, dentre outros, vão fazer parte dos principais institutos de pesquisa que viriam a ser criados na década de 1950 (Oliveira, 1995; Brasil Jr., 2016). Esta nova geração de cientistas sociais passa a exercer papéis de liderança, embora com

formas de atuação e institucionalização bastante distintas daquela inicialmente praticada em São Paulo (Almeida, 1987; Miceli, 1989b).

Em meados dos anos 1950, em um contexto de organização de uma nova ordem mundial posterior à Segunda Guerra, são criados diversos institutos de pesquisa em ciências sociais, grande parte deles com financiamento de fundações internacionais como a Fundação Ford e a UNESCO. Destaca-se, no processo de criação destes institutos, a predominância de uma sociologia da modernização (Brasil Jr, 2013), de caráter empirista e, em grande parte dos casos, cientificista, voltada principalmente para pensar os obstáculos ao desenvolvimento nos países subdesenvolvidos (Ferreira, 1999). São exemplos a construção da CEPAL (1948), do ISEB (1955), do CBPE (1955), do CLAPCS e da FLACSO (1957)⁴. Essa conjuntura favorável à disseminação regional das ciências sociais, que tem início nos anos 1950, vai se deparar, no Brasil, em meados dos anos 1960, com a ruptura política e institucional cravada pelo golpe militar de 1964 no Brasil, com efeitos diversos e ambíguos. Se por um lado o regime militar instaurado perseguiu alguns dos principais intelectuais ligados a institutos de pesquisa e universidades, por outro, expandiu o ensino de graduação e de pós-graduação e permitiu a publicação de livros divergentes, embora, claro, algumas experiências possam apontar casos extremos de repressão⁵.

Formação do catálogo: das traduções à produção nacional

O primeiro livro publicado pela Zahar Editores, em 1957, foi o *Manual de Sociologia*, de Jay Rumney e Joseph Mayer, ambos professores de sociologia na Rutgers University, em Nova Jersey, nos Estados Unidos. A primeira edição do texto havia sido publicada em 1938 na Inglaterra por Jay Romney, com o título original *Sociology: The Science of Society*. A nova edição do livro, revisada e com a coautoria de Joseph Meyer, foi originalmente publicada nos Estados Unidos pela Henry Schuman Inc. e na Inglaterra pela Gerald Duckworth & Co. Ltd., e serviu de base para a tradução ao português que, no Brasil, ficou por conta de Octavio Alves Velho, pai dos antropólogos Otávio e

⁴ Sobre o CLAPCS, ver Bringel et al, 2014; Bringel et al, 2015; Grisendi, 2015; Oliveira, 2005, Macedo, 2017.

⁵ Este é o caso, por exemplo, da Civilização Brasileira, que foi perseguida e teve suas atividades comprometidas em decorrência da perseguição do regime ditatorial (Vieira, 1998).

Gilberto Velho, que viriam a ser colaboradores na editora. A edição brasileira contou também com uma introdução escrita por Djacir Menezes, então professor na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, que saudou a iniciativa afirmando ter “razões para supor que a iniciativa de Zahar Editores será recebida com entusiasmo e louvor, não somente pelos estudiosos de Sociologia, bem como por todos os que desejam compreender melhor, sem prevenções de seitas ou de partidos, as grandes perplexidades da vida contemporânea” (Romney, Mayer, 1968 [1957]). Vinte e dois anos depois, em 1979, o livro chegaria a sua nona edição, atestando o sucesso de público.

A orelha da nova edição apresenta elementos que ajudam a compreender as características do que se entendia por sociologia e os valores que regiam as publicações da editora:

“A regularidade com que são absorvidas pelo público as sucessivas edições deste manual [então na sexta edição], é a melhor indicação de haver ele se tornado um “clássico”, da bibliografia sociológica em língua portuguesa.

Com extraordinária *clareza didática*, trata o presente livro da evolução, estruturas e funções da sociedade humanas; analisa instituições e processos sociais, ideias dominantes e atitudes individuais. Explica, *sem tecnicismos dispensáveis*, as atribuições da propriedade e da família, do Estado e das classes sociais. Religiões, raça, educação e lazer, tudo é esmiuçado de acordo com os respectivos impactos sobre os indivíduos numa sociedade maciça. (...).

Através deste livro, o leitor é levado a *familiarizar-se* com uma série de conceitos-chaves como os de “sociedade”, “cultura”, “grupo”, “socialização”, “personalidade”, etc., além de travar conhecimento com os métodos mais atualizados da pesquisa social.

O livro termina com um denso relato da evolução do pensamento sociológico, de Platão a Pareto. Destinado aos estudantes e aos leitores *não especializados*, é este um *compêndio didático* e ao mesmo tempo de *divulgação da Sociologia*, dando uma visão global do mundo social. Com a leitura deste livro, ficarão o profissional e o administrador, tanto quanto o leigo, providos das noções fundamentais de Sociologia e Política” (op. cit: orelha).

As categorias listadas no trecho acima, tais como “livros clássicos”, “clareza didática” e seus demais correlatos, caracterizam grande parte dos livros iniciais publicados pela Zahar Editores. A concepção de livro clássico da editora está, portanto, relacionada à sua aceitação por parte significativamente ampla do público em geral, e não apenas dos leitores especializados e profissionais da área. Este viria a ser um dos aspectos característicos da atuação da editora,

aliado a valores como “clareza didática”, a ausência de “tecnicismos dispensáveis” e demais características relacionadas aos livros de “familiarização” e “divulgação”. Como afirma Jorge Zahar: “O pensamento básico é fazer livros de interesse permanente, sempre foi isso que me norteou. (...). Minha ideia editorial básica é essa: editar livros clássicos” (Zahar, Pires: 2001: 59-60).

O conhecimento sociológico estaria relacionado a uma concepção bastante particular, relacionando-se à possibilidade de planejamento da sociedade, através de uma intervenção “racional” devidamente matizada por pesquisas realizadas através das técnicas disponíveis. Esta concepção fez parte do pensamento sociológico de matiz desenvolvimentista da época e está baseada na capacidade do conhecimento em disponibilizar as ferramentas necessárias à promoção racional das mudanças sociais. Como concluem os autores do manual, “o estudo científico de assuntos humanos – tal é a firme convicção do sociólogo – acabará fornecendo um corpo de conhecimentos e princípios que o habilitarão a controlar e aperfeiçoar as condições da vida social” (Romney, Mayer, 1968 [1957]: 18-19).

Tem início, a partir do lançamento desse livro, uma agenda de publicações destinadas a divulgar e vulgarizar o pensamento sociológico, visando os alunos dos nascentes cursos de ciências sociais, os funcionários da burocracia estatal brasileira e demais leitores interessados.

O último catálogo lançado pela Zahar, em 1984, possibilita uma análise mais detida da história da editora. Com 188 páginas, apresenta a lista de títulos dando destaque a alguns lançamentos e anúncios de futuras publicações. A organização do catálogo se dá pela divisão em grandes áreas, ao redor das quais identificam-se outras disciplinas. As principais áreas disciplinares do catálogo são: Sociologia, Economia, Administração, Psicologia, Educação, Filosofia, Comunicação, Linguística, História, Geografia e Ciência.

A primeira das grandes áreas, e a que ocupa maior espaço no catálogo, é a Sociologia, agregando também as disciplinas de Antropologia, Ciência Política, Direito e Serviço Social⁶, somando um total de 403 títulos diante de um

⁶ À primeira vista seria de se estranhar a inclusão de áreas como Direito e Serviço Social junto às três disciplinas que historicamente constituem o campo das ciências sociais no Brasil, mas os seus títulos mostram que estão em estreito diálogo com as ciências sociais, como fica

universo de 1.000 publicações, o que corresponde a cerca de 40% do total do catálogo da editora.

Grande parte dos primeiros livros publicados pela Zahar Editores, principalmente nos seus primeiros anos de atuação, foi de tradução de livros estrangeiros. Desde o *Manual de Sociologia*, de Jay Romney e Joseph Mayer, passando por obras de autores renomados como Erich Fromm, Marcuse, Karl Mannheim, Lipset, Althusser, C. Wright Mills, dentre outros. A maior frequência de tradução de autores estrangeiros se explica tanto pelo barateamento da produção do livro no Brasil, consequência de uma política de substituição de importações que se instaurou a partir dos anos 1930, quanto pelas dificuldades em se obter livros originais de autores brasileiros que fossem de interesse da editora.

“A ideia básica da editora Zahar, em 1956, era fazer uma coleção que compusesse um curso de Economia Política, com trabalhos de professores do Rio e de São Paulo. O diretor da coleção seria o homem que fez o primeiro plano econômico do governo Carvalho Pinto de São Paulo, Diogo Gaspar, posteriormente no Rio, no BNDE.

O curso de Ciências Econômicas tinha então onze cadeiras e encomendaram onze livros que cobriam as cadeiras principais de Teoria dos Preços até Contabilidade Social. (...). Bom, os livros estão encomendados até hoje.

Enquanto eu esperava os originais brasileiros, eu comecei a fazer traduções. No primeiro ano fiz dois livros, no segundo fiz oito. A partir do terceiro, eu vi que não podia esperar muito pelos tais livros da coleção, e comecei a aumentar a produção de livros traduzidos e outros nacionais – no terceiro ano fiz trinta e três livros. A produção maior era de livros estrangeiros” (Zahar, Pires: 2001: 33-34).

O depoimento de Jorge Zahar atesta uma produção de ciências sociais de autoria brasileira ainda bastante incipiente. A segunda metade dos anos 1960, entretanto, iria testemunhar o crescimento da presença de autores nacionais no catálogo da editora. Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio e Gilberto Velho, Roberto da Matta, Maria da Conceição Tavares e tantos outros passaram a fazer parte do catálogo da editora.

“Por volta de 1966, comecei a ampliar a edição de uma produção brasileira, além das traduções. Essa época corresponde também

patente em exemplos como no livro *Sociologia do Direito: o fenômeno jurídico como fato social*, de autoria de Felipe Augusto Miranda Rosa, com um total de sete edições.

ao desenvolvimento da Universidade no Brasil. Começava-se a gerar ensaios, textos que formariam uma produção brasileira em ciências sociais (Zahar, Pires: 2001: 33).

O desenvolvimento de uma produção nacional, entretanto, se daria, ainda segundo a compreensão de Jorge Zahar, de forma insatisfatória:

Eu acreditava que o desenvolvimento da Universidade iria gerar uma produção brasileira em ciências humanas. Não é que não tenha havido. Houve, mas a meu ver muito pouca, porque até hoje eu tenho dificuldade para conseguir originais brasileiros editáveis. Há muitas teses, muitas dissertações, mas é preciso ter em vista um mercado consumidor para essa produção. Esse mercado interno já é mais um mercado para uma editora puramente universitária, que conte com alguma forma de subsídio. A minha editora, é preciso não perder de vista, é uma editora que vive do que produz. Tem que vender, senão não vive” (Zahar, Pires: 2001: 33-34).

Jorge Zahar, ao referir-se a uma suposta deficiência da “produção brasileira em ciências sociais”, o faz a partir de critérios internos ao campo editorial, considerando, portanto, um texto que, ao ser editado e publicado, tenha capacidade de atrair um público comprador suficiente para pagar os seus custos de produção e gerar lucro à editora. A este propósito não serviriam, portanto, as teses desenvolvidas nas universidades, mas sim os livros de introdução, os manuais e monografias cujos temas ou autores por si só tenham a capacidade de atrair a atenção do público.

“De um modo geral (...) os originais que chegam são obras de especulação, ninguém pensa em fazer um manual, um livro que seja para servir a um aluno. Uma tese de teoria pura é de mercado restrito. Então, não há uma relação entre o que o mercado procura e o que o autor oferece. Haveria mais mercado nos casos em que o editor encomenda um livro” p. 54.

Dentre os autores com maior número de obras publicadas, Erich Fromm é sem dúvida o grande destaque, chegando ao total de dezessete títulos publicados pela editora (ver tabela 1). Dentre esses títulos, *O Medo à Liberdade* e *Análise do Homem* alcançaram, respectivamente, quatorze e doze reedições, caracterizando-se como verdadeiros *best-sellers* (ver tabela 2). C. Wright Mill conta também com uma presença relevante, com o total de cinco obras individuais publicadas pela editora. Leo Huberman, apesar de ter apenas uma

obra publicada, a *História da Riqueza do Homem*, ganha destaque pelas impressionantes dezenove reedições, caracterizando-se como o maior sucesso de vendas da história da Zahar. Dentre os brasileiros, o autor com maior número de títulos publicados é Florestan Fernandes, com um total de cinco obras, acompanhados pelos irmãos Otávio e Gilberto Velho, com três obras individuais cada um.

Tabela 1 - Número de obras individuais publicadas por autores (a partir de duas obras)

| Autores | Obras | | |
|------------------------------|--------------|---------------------|---|
| Erich Fromm | 17 | Gilberto Velho | 3 |
| C. Wright Mills | 5 | Otávio G. Velho | 3 |
| Florestan Fernandes | 5 | Alfred Sauvy | 2 |
| Arnold J. Toynbee | 4 | André Gorz | 2 |
| Herbert Marcuse | 4 | Henri Mendras | 2 |
| Anthony Giddens | 3 | J. E. Goldthorpe | 2 |
| Bertrand Russell | 3 | Jean Ziegler | 2 |
| Ernest Mandel | 3 | Josephine Klein | 2 |
| Felippe Augusto Miranda Rosa | 3 | Karl Mannheim | 2 |
| | | Leslie Lipson | 2 |
| | | Madan Sarup | 2 |
| | | Marshall D. Sahlins | 2 |
| | | Paul M. Sweezy | 2 |

Tabela 2 - Livros com o maior número de reedições (a partir de oito edições)

| TÍTULO | AUTOR | NÚMERO DE EDIÇÕES |
|---|---------------------------|--------------------------|
| História da Riqueza do Homem | Leo Huberman | 19 |
| O Medo à Liberdade | Erich Fromm | 14 |
| Análise do Homem | Erich Fromm | 12 |
| A Evolução do Capitalismo | Maurice Dobb | 9 |
| Psicanálise da Sociedade Contemporânea | Erich Fromm | 9 |
| Manual de Sociologia | Jay Rumney e Joseph Meier | 9 |
| Estrutura de Classe e Estratificação Social | Otávio G. Velho (org.) | 9 |
| Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud | Herbert Marcuse | 8 |
| A Revolução Sexual | Wilhelm Reich | 8 |

Os manuais didáticos, os livros clássicos, as coletâneas e as monografias de autores estrangeiros e nacionais, passariam a constituir o cerne da política editorial da Zahar. Para dar conta dessa produção editorial de livros de ciências sociais, a editora passaria a apostar em coleções com coordenação de intelectuais brasileiros, como viria a ser o caso da Biblioteca Básica de Ciências Sociais, coordenada por Otávio Velho e Moacir Palmeira, e a coleção de Antropologia Social, coordenada por Gilberto Velho. Outra estratégia adotada pela editora é a de compilação de artigos de autores nacionais e estrangeiros de renome. Um exemplo é o *Estrutura de Classe e Estratificação Social*, obra que alcançou o total de nove edições, organizada por Otávio Guilherme Velho, em colaboração com Moacir Palmeira e Antonio Bertelli, com

textos de Lukács, Weber, Sorokin, Gurvitch, Kingsley Davis, Moore e Stavenhagen.

A Zahar passou a estabelecer, desta forma, um catálogo bastante expressivo de ciências sociais, sendo fundamental para a formação de alunos, a divulgação dos resultados de pesquisas e a disseminação de reflexões que estabeleceram um diálogo amplo com os debates públicos que se travava na sociedade brasileira da época.

Considerações Finais

A partir da análise introdutória da trajetória da Zahar Editores desenvolvida neste texto, têm-se elementos suficientes para se pensar a emergência das ciências sociais como produto editorial. O desenvolvimento do mercado editorial brasileiro, a partir de anos 1930, em paralelo ao processo de institucionalização das ciências sociais nas universidades brasileiras, estimulou o crescente interesse público pelas discussões oriundas deste campo especializado do conhecimento. É possível ver rastros deste processo nas diversas publicações das áreas de sociologia, antropologia e pensamento político nas coleções Brasiliana e mesmo em coleções específicas, como foi o caso da Biblioteca de Ciências Sociais da Livraria Martins. A criação da Zahar Editores, entretanto, estabelece um novo patamar nessa área de publicação. Este processo é compreendido tendo em vista a emergência de um conjunto delimitado de produtores especializados, de um público leitor interessado e capaz de comprar tais livros, e de editores com interesse e capacidade de investimento, animados tanto pelo crescimento do mercado editorial nacional (Salgado, 1995) quanto pela relevância que as ciências sociais alcançam nos debates de então.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Castelos na Areia: Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro (1930-1964). BIB, Rio de Janeiro, n. 24, pp. 41-60, 1987.

ALONSO, Angela. Idéias em Movimento: A Geração 1870 na Crise do Brasil- Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo. A Zahar Editores e seu Projeto Editorial (1957-1970). In: Livro – Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição, n. 6. São Paulo: Ateliê Editorial, Novembro de 2016.

BEIGEL, Fernanda. La Flacso chilena y la regionalización de las ciencias sociales en América Latina (1957-1973). Revista Mexicana de Sociología, vol. 71, n. 2, pp. 319-349, 2009.

BLANCO, Alejandro. Ciências sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965). Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1, pp. 89-114, 2007.

BLANCO, Alejandro. JACKSON, Luiz Carlos. Sociologia no Espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970). São Paulo: Editora 34, 2014.

BRASIL JR, Antonio. Passagens Para a Teoria Sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani. São Paulo: Hucitec, 2013.

BRASIL JR., Antonio. La sociología en Río de Janeiro (1930-1970): un debate sobre Estado, democracia y desarrollo. In: Sociológica, año 32, número 90, enero-abril de 2017, pp. 69-107.

BRINGEL, Breno; NÓBREGA, Leonardo; MACEDO, Felipe; MACÊDO, Lilia M.S.; MACHADO, Humberto. Notas sobre o CLAPCS na “era Costa Pinto” (1957-1961): construção institucional, circulação intelectual e pesquisas sobre a América Latina no Brasil. In: BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício (Coordenadores). Dossiê Temático nº 5 - Sociologia Latino-americana II: Desenvolvimento e Atualidade, Rio de Janeiro, 2015, pp.10-18, 2015.

BRINGEL, Breno; NÓBREGA, Leonardo; MACÊDO, Lília. A experiência do Centro Latinoamericano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) e os estudos sobre a América Latina no Brasil. In: BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício (Coordenadores). Dossiê Temático nº 4 - Sociologia Latino-americana II: Originalidade e Difusão, Rio de Janeiro, 2014, pp.31-45.

FERREIRA, Janaína. Resistências à Mudança: um debate dos intelectuais na década de 50. Dissertação – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1999.

GRISENDI, Ezequiel. El Centro se la Periferia: Internacionalización de las Ciencias Sociales y Redes Académicas Latinoamericanas. Manuel Diegues Junior y los avatares de la sociología del desarrollo. Revista Crítica e Sociedade, vol. 4, n. 2, pp. 148-167, 2015.

HALLEWELL, L. O Livro no Brasil: sua história. São Paulo: EDUSP, 2005.

MACEDO, Felipe Brito. Uma Sociologia das Ciências Sociais Latino-americanas: o CLAPCS como movimento intelectual periférico. Dissertação de Mestrado, IESP/UERJ, 2017.

MASSI, Fernanda. Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: Sérgio Miceli (org.), História das ciências sociais no Brasil, vol. 1. São Paulo, Vértice/IDESP, 1989.

MEUCCI, Simone. Institucionalização da Sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2011.

MICELI, Sergio. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais. In: Sérgio Miceli (org.), História das ciências sociais no Brasil, vol. 1. São Paulo, Vértice/IDESP, 1989.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. As ciências sociais no Rio de Janeiro. In: Sergio Miceli (Org.). História das ciências sociais. São Paulo: Sumaré, vol. 2, pp. 233-307, 1995.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, n. 14, pP. 110-129, 2005.

BOM JARDIM, Fernando Perlatto. Sociologia Pública: imaginação sociológica brasileira e problemas públicos. 2013. 434 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PONTES, Heloísa, Retratos do Brasil: editores, editoras e “coleções brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: Sérgio Miceli (org.), História das ciências sociais no Brasil. São Paulo, Vértice/IDESP, 1989.

SALGADO, Gilberto Barbosa. (1995), O Imaginário em Movimento - Crescimento e Expansão da Indústria Editorial no Brasil (1960-1994). Rio de Janeiro, IUPERJ, dissertação de mestrado em Sociologia.

SORÁ, G. *Brasilianas: José Olympio e a Gênese do Mercado Editorial Brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2010.

TRINDADE, Hégio. *Ciências Sociais no Brasil em Perspectiva: fundação, consolidação e expansão*. In: TRINDADE, Hégio (Org.). *As Ciências Sociais na América Latina em Perspectiva Comparada (1930-2005)*. 2. Ed. rev. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e Malditos: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Thesaurus, 1998.

VILLAS BÔAS, G. *A Vocação das Ciências Sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. FBN, 2007.

ZAHAR, Jorge; PIRES, Jerusa (org.). *Jorge Zahar*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2001 (Editando o Editor; vol. 5).

RUMNEY, Jay; MAIER, Joseph. *Manual de Sociologia*. Trad. Octavio Alves Velho. 6ª. Ed. 196 pp. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.